



# BOLETIM OFICIAL

## SUPLEMENTO

## SUMÁRIO

#### CONSELHO DE MINISTROS:

#### Resolução nº 30/2005:

Designando a Comissão Instaladora do Município da Ribeira Grande de Santiago, na Ilha de Santiago, com sede na Cidade de Santiago de Cabo Verde.

#### Resolução nº 31/2005:

Designando a Comissão Instaladora do Município de São Lourenço do Órgãos, na Ilha de Santiago, com sede na Vila de João Teves.

#### Resolução nº 32/2005:

Designando a Comissão Instaladora do Município de São Salvador do Mundo, na Ilha de Santiago, com sede na Vila de Achada Igreja.

#### CONSELHO DE MINISTROS

#### Resolução nº 30/2005

#### de 18 de Julho

A Lei n.º 63/VI/2005, de 9 de Maio, que criou o Município da Ribeira Grande de Santiago, na ilha de Santiago, com sede na Cidade de Santiago de Cabo Verde, antiga Cidade da Ribeira Grande, sujeitou-o a um regime de instalação, o qual vigora a partir da data da publicação do citado diploma de criação até data de instalação dos respectivos órgãos que vierem a ser eleitos.

Por outro lado, estabelece ainda o citado diploma que cabe a uma Comissão Instaladora, designada por Resolução do Conselho de Ministros, a gestão administrativa, financeira e patrimonial do Município da Ribeira Grande de Santiago.

É necessário, pois, designar a Comissão Instaladora do Município da Ribeira Grande de Santiago e, a outro tempo, nomear o respectivo Presidente.

Assim,

Tendo em atenção o disposto nos artigos 4º e 5º da Lei n.º 63/VI/2005, de 9 de Maio;

No uso da faculdade conferida pelo nº2 do artigo 260º da Constituição, o Governo aprova a seguinte resolução:

#### Artigo 1º

## Designação da Comissão Instaladora e nomeação do respectivo Presidente

- 1. É designada a Comissão Instaladora do Município da Ribeira Grande de Santiago.
- 2. A Comissão Instaladora do Município da Ribeira Grande de Santiago é composta pelos seguintes membros:
  - a) Presidente:
    - Dr. José Gomes da Veiga
  - b) Vogais:
    - Joaquim Martins Tavares;
    - Franklim Ramos;

- António Monteiro; e
- Alcides Monteiro de Pina.

#### Artigo 2º

#### Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Vista e aprovada em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves

Publique-se

O Primeiro-Ministro, José Maria Pereira Neves

#### Resolução nº 31/2005

#### de 18 de Julho

A Lei n.º 64/VI/2005, de 9 de Maio, que criou o Município de São Lourenço dos Órgãos, na Ilha de Santiago, com sede na vila de João Teves, dispõe que o mesmo está sujeito a um regime de instalação, o qual vigora a partir da data da publicação do citado diploma de criação até à data de instalação dos órgãos municipais que vierem a ser eleitos, a cargo de uma Comissão Instaladora.

Estabelece ainda o citado diploma legal que cabe a uma Comissão Instaladora, designada por Resolução do Conselho de Ministros, a gestão administrativa, financeira e patrimonial do de São Lourenço dos Órgãos.

Impõe-se, por conseguinte, a designação da Comissão Instaladora do Município de São Lourenço dos Órgãos e a nomeação do respectivo Presidente.

Assim,

Tendo em atenção o disposto nos artigos 3° e 4° da Lei n.º 64/VI/2005, de 9 de Maio;

No uso da faculdade conferida pelo nº2 do artigo 260º da Constituição, o Governo aprova a seguinte resolução:

#### Artigo 1º

### Designação da Comissão Instaladora e nomeação do respectivo Presidente

1. É designada a Comissão Instaladora do Município de São Lourenço dos Órgãos.

- 2. A Comissão Instaladora do Município de São Lourenço dos Órgãos é composta pelos seguintes membros:
  - a) Presidente:
    - Eng.º Victor Baessa
  - b) Vogais:
    - Leão José Mendes Barreto;
    - Carlos Reis;
    - Eduardo da Veiga de Pina; e
    - José Augusto Pereira Fernandes.

Artigo 2º

#### Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Vista e aprovada em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves

Publique-se

O Primeiro-Ministro, José Maria Pereira Neves

#### Resolução nº 32/2005

#### de 18 de Julho

A Lei n.º 65/VI/2005, de 9 de Maio, que criou o Município de São Salvador do Mundo, na Ilha de Santiago, com sede na Vila de Achada Igreja, dispõe que o mesmo está sujeito a um regime de instalação, o qual vigora a partir da data da publicação do citado diploma de criação até à data de instalação dos órgãos municipais que vierem a ser eleitos, a cargo de uma Comissão instaladora.

Estabelece ainda o citado diploma legal que cabe a uma Comissão Instaladora, designada por Resolução do Conselho de Ministros, a gestão administrativa, financeira e patrimonial do de São Salvador do Mundo. Impõe-se, por conseguinte, a designação da Comissão Instaladora do Município de São Salvador do Mundo e a nomeação do respectivo Presidente.

Assim,

Tendo em atenção o disposto nos artigos 3° e 4° da Lei n.º 65/VI/2005, de 9 de Maio;

No uso da faculdade conferida pelo nº2 do artigo 260º da Constituição, o Governo aprova a seguinte resolução:

Artigo 1º

Designação da Comissão Instaladora e nomeação do respectivo Presidente

- É designada a Comissão Instaladora do Município de São Salvador do Mundo.
- 2. A Comissão Instaladora do Município de São Salvador do Mundo é composta pelos seguintes membros:
  - a) Presidente:
    - Dr. João Baptista Pereira
  - b) Vogais:
    - Octávio Tavares Varela;
    - João Alberto Teixeira de Barros;
    - José Fernandes Tavares; e
    - Arlindo Tavares Semedo.

Artigo 2°

#### Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Vista e aprovada em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves

Publique-se

O Primeiro-Ministro, José Maria Pereira Neves

## FAÇA OS SEUS TRABALHOS GRAFICOS NA INCV

----o§o-----

## NOVOS EQUIPAMENTOS NOVOS SERVIÇOS DESIGNER GRÁFICO AO SEU DISPOR



Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

#### AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envío dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, demais concelhos e estrangeiro são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação neles aposta, competentemente assinada e asienticada com o selo branco, ou, na falta deste, corre e escribo a elso dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios sacrato venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.



Av. Amilear Cabral/Calçada Diogo Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09 Email: incvá extelecom.cv

#### ASSINATURAS

Para o país:			Para países de expressão portuguesa:		
	Ano	Semestre		Ano	Semestre
I Série	5 000\$00	3 700\$00	I Série	6 700\$00	5 200\$00
II Série	3 500\$00	2 200\$00	II Série	4 800\$00	3 800\$00
III Série	3 000\$00	2 000\$00	III Série	4 000\$00	3 000\$00
AVULSO por cada página 10\$00 Para outros paise				s:	
Os periodos de assinaturas contam-se por anos 1 Série					6 200\$00
civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados				4 800\$00	
venda avulsa.		III Série	5 000\$00	4 000\$00	
AVULSO por cada página					10\$00
PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS					
1 Pagina					5 000\$00
1.2 Págma					2.500800
1 4 Página					L 0008(9)
Quando o anuncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, sera o respectivo espaço acrescentado de 50%					

PRECO DESTE NÚMERO — 40\$00